

Caderno de Encargos

"Fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, por cartão magnético"



Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1ª
Objeto

O presente concurso público, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e 20.º, n.º 1, alínea a), ambos do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), tem por objeto o fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, por cartão magnético, classificados no Regulamento nº 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, nº L 340, de 18 de Dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, nº L 74, de 15 de Março de 2008, com o seguinte código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV): 09130000-9, Petróleo e destilados.

Cláusula 2ª
Contrato

O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, integrando ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Vimágua;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Cláusula 3ª

Ordem de prevalência dos documentos

1. Em caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Verificando-se divergência entre o clausulado e os documentos referidos no número anterior, prevalecem esses documentos, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Preço Base

1. Para efeitos do presente procedimento entende-se por preço base anual, o “preço máximo” (de acordo com a expressão utilizada no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos).
2. O preço base anual é de € **245.652,00** (duzentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e dois euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal.
3. O fornecimento objeto do contrato a celebrar, no âmbito do presente procedimento, terá como elementos de referência, para efeitos de aplicação do critério de adjudicação, os valores de consumo anual estimados de:
 - a) Gasóleo: 140.000 litros;
 - b) Gasolina sem chumbo (95 octanas): 9.000 litros;
 - c) Gasolina sem chumbo (98 octanas): 3.500 litros;
 - d) AdBlue: 4.000 litros.

Cláusula 5ª

Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da data aposta no contrato, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número anterior, e caso não tenha sido atingido o referido preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
3. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas de rescisão por parte da entidade adjudicante e do adjudicatário, o contrato pode ser resolvido, sem depender do prazo, por acordo entre as partes ou por iniciativa de qualquer uma das partes, com causa em incumprimento contratual.

Cláusula 6ª

Aceitação

O simples silêncio da entidade adjudicante não significa nem expressa nem tácita aceitação dos serviços prestados, nem a renúncia a qualquer direito que lhe assista em resultado do cumprimento defeituoso ou incumprimento do contrato objeto do presente procedimento.

Cláusula 7ª

Penalidades contratuais

1. No caso de mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato por parte do adjudicatário, poderá a entidade adjudicante interpelar o adjudicatário para cumprir pontualmente as obrigações contratadas, quando tal ainda seja possível e se mantenha o interesse do credor na prestação, devendo nesse caso o adjudicatário dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que a entidade adjudicante sofra na sequência de tais atos.
2. Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior deverá o adjudicatário cumprir imediatamente e de forma integral e satisfatória a obrigação em falta.
3. Independentemente desse cumprimento, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção

pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos;

- a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens e serviços objeto do contrato: até 1% do valor da respetiva prestação, por cada dia de atraso;
- b) Pelo incumprimento das restantes obrigações emergentes do contrato: até 5% do preço contratual.

4. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 10 da presente cláusula.

5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

6. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega se tenha verificado.

7. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

8. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

9. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no incumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

10. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista no n.º 2 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

Cláusula 8ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
5. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 9ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a Vimágua venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 10ª

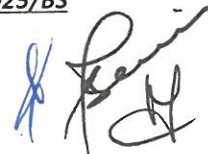
Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes aos serviços por si prestados, designadamente, os danos causados a terceiros ou à Vimágua pelo exercício da sua atividade ou decorrente de ação ou omissão dos seus funcionários ou dos equipamentos por si utilizados.
2. A Vimágua pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração de contratos de seguro que cubram os riscos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 11ª

Resolução por parte da Vimágua

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Vimágua pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo incumprimento de qualquer das obrigações enunciadas neste caderno de encargos, por período igual ou superior a 7 dias úteis.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

**Cláusula 12ª****Resolução por parte do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quanto qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias, excluindo juros.
2. No caso previsto no número anterior o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Vimágua, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo II**Obrigações contratuais****Cláusula 13ª****Produtos a adquirir**

1. Os produtos combustíveis a adquirir no âmbito do presente procedimento são o gasóleo rodoviário, gasolina sem chumbo (95 octanas), gasolina sem chumbo (98 octanas) e AdBlue, os quais terão de cumprir as especificações técnicas previstas na legislação em vigor.
2. A aquisição de combustíveis em postos de abastecimento públicos, apenas pode ser realizada através de cartão eletrónico de abastecimento, com as funcionalidades previstas na cláusula seguinte, devendo respeitar os níveis de serviço previstos no presente caderno de encargos.
3. Os concorrentes devem explorar pelo menos um posto de abastecimento público situado na cidade de Guimarães.

Cláusula 14ª**Cartão Magnético de Abastecimento**

1. A aquisição de combustíveis em postos públicos de abastecimento, obriga a emissão pela entidade fornecedora de um único cartão magnético de abastecimento por viatura ou equipamento ou motorista, sem custos para a entidade adjudicante.
2. A entidade fornecedora deverá disponibilizar nas instalações da entidade adjudicante os cartões magnéticos de abastecimento, no prazo máximo de oito (8) dias úteis, após requisição dos mesmos pela entidade adjudicante.
3. Os cartões já existentes à data de entrada em vigor do novo contrato celebrado pela entidade adjudicante deverão ser cancelados, sendo emitidos novos cartões pela entidade fornecedora.
4. Em caso de dano (nomeadamente por desmagnetização) ou extravio do cartão, a entidade adjudicante comunicará à entidade fornecedora a ocorrência do facto por qualquer meio, incluindo telefónico e posteriormente por escrito, incluindo correio eletrónico, devendo

a entidade fornecedora cancelar a validade do mesmo a partir do momento da tomada de conhecimento.

5. Cabe à entidade fornecedora a responsabilidade pela utilização abusiva do cartão, após comunicação feita nos termos do número anterior.

6. As emissões de segunda via do cartão, até ao máximo de uma emissão anual por cartão, não terão qualquer custo adicional para a entidade adjudicante.

7. A Vimágua é titular de um total de 42 (viaturas a gasóleo) e 7 (viaturas a gasolina).

8. Atualmente existem 49 cartões magnéticos associados às viaturas e 3 cartões magnéticos associados a um utilizador da viatura, num total de 52 cartões magnéticos em utilização.

9. O fornecimento de combustíveis aos veículos da Vimágua, que se pretende concretizar com este procedimento, deverá obedecer aos seguintes requisitos e funcionalidades:

- a) Exclusividade de utilização para abastecimento do combustível contratado;
- b) Associação a uma viatura, através da identificação pela matrícula;
- c) Associação a um trabalhador afeto ao veículo, através da sua identificação inequívoca enquanto funcionário da Vimágua que utiliza o mesmo;
- d) Associação a um número de contrato;
- e) Cada cartão deverá ter obrigatoriamente um número e um código secreto (PIN);
- f) Possibilidade de fixação de um limite máximo de abastecimento:
 - i. Por operação;
 - ii. Por dia;
 - iii. Por mês.
- g) Obrigatoriedade de registo da quilometragem no momento do abastecimento;
- h) Contabilização do número de quilómetros entre abastecimentos;
- i) Registo dos consumos, com os seguintes dados:
 - i. Data, hora e local (posto, localidade) do abastecimento;
 - ii. Identificação do produto e da quantidade abastecida;
 - iii. Preço de venda ao público praticado no local do abastecimento.
- j) Possibilidade de inibição de cartões por parte da entidade adjudicante;
- k) Possibilidade de emissão de mais cartões magnéticos em caso de aumento do parque de viaturas ou do número de trabalhadores afetos à Vimágua.

Cláusula 15ª

Níveis de Serviço

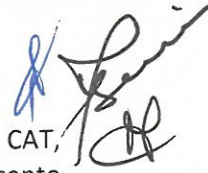
1. A entidade adjudicante deve comunicar à entidade fornecedora, o mais rápido possível, qualquer anomalia resultante do abastecimento.

2. Quando a anomalia for imputável à entidade fornecedora, esta ficará obrigada a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização do(s) veículo(s), anteriores à ocorrência da anomalia.

3. Para além dos custos referidos no número anterior, poderá ser exigida à entidade fornecedora uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, bens ou pela inoperacionalidade do veículo.

4. As entidades fornecedoras deverão disponibilizar os serviços de um centro de apoio técnico (CAT) para reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for caso disso, solicitação de apoio técnico, durante os dias úteis, no período das 9H00 às 18H00, que deverão assegurar:

- a) Contactos telefónicos específicos (por assunto);
- b) Um endereço de correio eletrónico;



- c) O registo com um identificador único de qualquer ocorrência comunicada ao CAT, devendo estas constar nos relatórios de níveis de serviço previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 16ª

Emissão de relatórios de gestão

1. É obrigação da entidade fornecedora enviar à entidade adjudicante os seguintes relatórios de gestão:

- a) Relatórios de faturação;
- b) Relatórios de níveis de serviço.

2. Os relatórios de faturação, que poderão ser substituídos pela própria fatura emitida mensalmente, devem conter a seguinte informação:

- a) Identificação do número de contrato;
- b) Identificação do cliente;
- c) Identificação do número do cartão;
- d) Identificação do veículo ou motorista afeto ao mesmo;
- e) Localização do posto de abastecimento;
- f) Data e hora do abastecimento;
- g) Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades;
- h) Quilometragem no momento do abastecimento;
- i) Número de quilómetros entre abastecimentos;
- j) Identificação de possíveis irregularidades no abastecimento.

3. Os relatórios de faturação deverão ser enviados à entidade adjudicante até ao dia vinte (20) do mês subsequente ao final do mês a que dizem respeito.

4. A entidade fornecedora, sempre que lhe seja solicitado pelos serviços competentes da entidade adjudicante, deverá facultar uma cópia das faturas relativas aos fornecimentos efetuados no âmbito do presente procedimento.

5. Os relatórios de níveis de serviço, referidos na presente cláusula, deverão incluir os seguintes dados:

- a) Identificação do contrato;
- b) Número total de cartões emitidos;
- c) Tempo médio de emissão dos cartões;
- d) Número total de utilizadores;
- e) Número de ocorrências registadas pelo CAT.

6. Os relatórios de serviço, referidos no número anterior, devem ser enviados à entidade adjudicante, com uma periodicidade semestral, ao dia vinte (20) do mês subsequente ao final do semestre a que dizem respeito.

7. Considera-se não apresentação definitiva dos relatórios de gestão, o seu não envio à entidade adjudicante para além dos sessenta (60) dias a contar do prazo previsto no número anterior.

8. O não envio dos relatórios ou a falta da informação solicitada, suspende os pagamentos devidos pela entidade adjudicante até à regularização da situação em causa.

9. A entidade fornecedora deverá, também, disponibilizar *online* a informação relativa aos consumos verificados, sem encargos adicionais.

Cláusula 17ª

Preço Combustível

1. A formação do preço do combustível resulta da aplicação do desconto unitário proposto pela entidade fornecedora, ao preço de venda ao público do litro de combustível.



2. Os preços de venda a público serão os praticados nos postos de abastecimento, no momento do abastecimento, pela entidade fornecedora.

3. No caso de promoções pontuais praticadas nos postos de abastecimento, em condições mais vantajosas que as decorrentes do contrato a celebrar, aplicar-se-ão as primeiras.

Cláusula 18ª

Especificações

Para formação do contrato objeto do presente procedimento, estima-se a aquisição de gasóleo rodoviário, gasolina sem chumbo (95 octanas) e AdBlue, em postos de abastecimentos públicos, cujas quantidades estimadas de consumo são as seguintes:

- a) Quantidade estimada mensal de Gasóleo: 11.666,67 litros;
- b) Quantidade estimada anual de Gasóleo: 140.000 litros;
- c) Quantidade estimada mensal de Gasolina sem chumbo (95 octanas): 583,33 litros;
- d) Quantidade estimada anual de Gasolina sem chumbo (95 octanas): 7.000 litros;
- e) Quantidade estimada mensal de Gasolina sem chumbo (98 octanas): 291,67 litros;
- f) Quantidade estimada anual de Gasolina sem chumbo (98 octanas): 3.500 litros;
- g) Quantidade estimada mensal de AdBlue: 333,33 litros;
- h) Quantidade estimada anual de AdBlue: 4.000 litros.

Cláusula 19ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Vimágua e restantes intervenientes nos procedimentos, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo perdura durante o período de execução do contrato e após a cessação, por qualquer forma ou motivo, do mesmo.

Cláusula 20ª

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto nos artigos 96.º e 290.º A do CCP, a Vimágua designará um gestor do contrato, cuja identificação e contactos ficarão a constar do clausulado contratual.

2. Compete ao gestor do contrato designado pela Vimágua acompanhar permanentemente a execução deste.

3. A Vimágua, sempre que o entenda conveniente, poderá substituir o gestor do contrato, notificando tal decisão ao adjudicatário.



Cláusula 21ª
Preço Contratual

1. Pelo fornecimento do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Vimágua pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com os serviços efetivamente prestados.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 22ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta dias) a partir da data da apresentação da respetiva fatura, a qual só deve ser emitida após a prestação que titula.
3. Sempre que a Vimágua não concorde com os valores indicados na fatura deve comunicar por escrito as razões dessa discordância, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária, desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula.

Cláusula 23ª
Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 24ª
Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - c) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - d) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais da entidade adjudicante, para tratamento dos dados pessoais;
 - e) Efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
 - f) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;



- g) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
- i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente, a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados.
- h) Disponibilizar à entidade adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- i) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante ou decorrente de obrigação legal;
- j) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- k) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometam, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
- l) Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos de titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

3. O adjudicatário notifica a entidade adjudicante de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.

4. Para o efeito, o adjudicatário deve anexar toda a informação relevante, designadamente, a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

5. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver à entidade adjudicante, consoante a opção definida pelo gestor do contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes

Capítulo III Disposições finais

Cláusula 25ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
2. Para efeitos de autorização prevista no número anterior, no caso de cessão da posição contratual do adjudicatário, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;



b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Cláusula 26ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração ao clausulado deve ser comunicada à outra parte e reduzida a escrito, sem o que não produz qualquer efeito.

Cláusula 27ª

Contagem dos prazos

Salvo os casos devidamente excecionados, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28ª

Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.



MAPA DE QUANTIDADES

Combustíveis	Previsão de consumo (litros / 1 ano)
Gasóleo rodoviário	140.000
Gasolina s/ chumbo 95	9.000
Gasolina s/ chumbo 98	3.500
AdBlue	4.000